A EVOLUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA UNIRIO: O ESFORÇO (RE)VELADO

Janaína S. S. Menezes[1] – UNIRIO – janainamenezes@hotmail.com
Valéria Cristina Lopes Wilke[2] – UNIRIO – valwilke@terra.com.br

Este trabalho tem por objetivo evidenciar algumas mudanças que vêm (re)configurando o trabalho docente e técnico-administrativo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Para tanto, em primeiro lugar, traçaremos um breve histórico da constituição dessa instituição federal de ensino superior (IFE) tendo em vista o horizonte das transformações legais que vêm regendo a vida acadêmico-administrativa no País, especialmente da década de 1990 até os nossos dias. Posteriormente, apresentaremos algumas considerações acerca dessa universidade, considerando a análise da evolução de dados coletados dos Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Planejamento e do Censo da Educação Superior/INEP. Por fim, indicaremos algumas mudanças no trabalho docente que têm sido notadas em nossa universidade.

De início, vale ressaltar, que a Unirio se caracteriza como um espaço em que convivem, pelo menos, as seguintes contradições: jovem e antiga e pequena e forte. Se, por um lado, o levantamento de informações relativas ao desenvolvimento histórico mostra que, ao mesmo tempo, a Unirio congrega o jovem e o antigo, por outro, os seus indicadores estatísticos educacionais revelam que esta pequena instituição, ao conquistar resultados positivos, tem evidenciado sua força ao superar significativos obstáculos.

A tese que emerge da análise dos dados é que, destarte a diminuição do financiamento público da universidade e da redução notória de seus quadros docente e técnico-administrativo – decorrentes das políticas públicas voltadas para o ensino superior –, a Unirio cresceu no período de

---

[1] Professora do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).
[2] Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Unirio.

1995-2005, graças, sobretudo, ao empenho contínuo de seus docentes e técnico-administrativos.

Unirio: nem melhor, nem pior, apenas diferente

O levantamento da história da constituição da Unirio possibilitou que emergisse sua primeira (aparente) contradição, qual seja, a de que se constitui numa jovem e antiga universidade.

No contexto nacional, ao mesmo tempo, ela é uma jovem IFE - sua criação como uma Federação data da publicação do Decreto-Lei n° 773, de 20 de agosto de1969 – e comporta também alguns dos cursos cuja regulamentação antecede em décadas seu nascimento, a citar, o de Enfermagem, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890); o de Biblioteconomia, da Escola de Biblioteconomia (1911) e o de Medicina, da Escola de Medicina e Cirurgia (1915). O aparente paradoxo tem por origem o fato de a Unirio ser fruto da junção de instituições isoladas de ensino superior, reunidas a partir da Reforma Universitária de 1968, implantada num governo militar.

Mais especificamente, a origem da Unirio está atrelada à Reforma de 1968, desencadeada pela promulgação da Lei n° 5.540/68, que, ao tratar da organização e funcionamento da educação superior, privilegiou a reunião de estabelecimentos isolados na forma de universidades ou de federações, sem, contudo, impedir a implantação de outras faculdades isoladas. Esta legislação contribuiu para que a Unirio inicialmente se organizasse, de modo peculiar, segundo a forma federativa[3]. Sua constituição histórica faz-se presente, inclusive, na sua definição atual, qual seja, "A Unirio é uma fundação de direito público integrante do sistema federal de ensino superior, originária da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada em 1969" (UNIRIO, 2006, p. 03).

[3] À época, surgiram outras instituições de ensino superior, a citar: (1) a Universidade Federal de Ouro Preto (Decreto-Lei 778/69), que teve por base a reunião da Escola Federal de Minas de Ouro Preto (fundada em 1960) com a Escola Federal de Farmácia e Bioquímica de Ouro Preto (1950); (2) a Universidade Federal de Uberlândia (Decreto-Lei 762/69); (3) a Universidade Federal de Pelotas (Decreto-Lei 750/69); a Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos (fundação de direito privado, autorizada pelo Decreto-Lei 762/69).

A FEFIEG foi instituída pelo Decreto-Lei n° 773, de 20 de agosto de 1969, como uma fundação de direito público para reunir e integrar, inicialmente, sete estabelecimentos isolados de ensino superior[4], tendo como primeiro presidente o médico, professor e general Alberto Soares de Meirelles.

Por volta de 1974 - durante a gestão de seu segundo presidente, o professor José Maria Bezerra de Paiva (o conhecido teatrólogo B. de Paiva) - , o projeto de a FEFIEG vir a se transformar numa universidade tornou-se claro no discurso oficial da Federação. De acordo com Oliveira (2002),

> A partir de 1975, as referências ao projeto são mais constantes e o tema sempre retorna ao discurso dos Conselhos já como projeto encaminhado ao Ministério. Com relação a esta mudança, temos ainda uma série de procedimentos que a Instituição começa a operar com vistas à transformação em Universidade: departamentalização, criação de Centros, implantação de regime de créditos etc. [...] Esta é uma mudança que passa por ditames administrativos, mas também comportamentais e mesmo filosóficos, pois implica a postura de ser uma Universidade e não mais uma Federação (p. 45).

Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a FEFIEG passou a se chamar Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ. Em 1977, seu quadro de cursos foi ampliado com a incorporação do Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional; e do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (criado em 1932).

Na gestão do terceiro presidente da Federação, professor Guilherme Figueiredo, efetivou-se o projeto claramente proposto desde 1974: mediante a Lei n° 6.655, de 05 de junho de 1979, a FEFIERJ transformou-

[4] Estes estabelecimentos eram: (1) a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (reconhecida em 18/03/1915); (2) a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (criada em 1890); (3) a Escola Central de Nutrição (1959); (4) o Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional de Teatro; (5) o Instituto Villa-Lobos; (6) o Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional (reconhecido em 01/07/1911); (7) o Instituto Nacional do Câncer, que permaneceu integrado à FEFIEG por "cerca de dois anos, sendo reintegrado ao Ministério da Saúde, em 16 de novembro de 1971" (OLIVEIRA, 2002, p. 29).

se na Universidade do Rio de Janeiro[5]. A partir da Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003, a Universidade do Rio de Janeiro passou a ser denominada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Entre o Decreto-Lei n° 773/69, que garantiu à FEFIEG seu aspecto legal e existência institucional, até nossos dias, a Unirio vem construindo a sua história como uma decorrência da conjunção de demandas organizacionais internas e externas. Se, por um lado, este percurso tem sido marcado pelas mudanças operadas pelos diferentes projetos governamentais voltados para a educação superior (as políticas públicas governamentais), por outro, não se pode deixar de considerar que os interesses de sua vocação, como uma instituição de ensino superior específica, vêm também sendo fixados em acordo com os embates dos segmentos que a formam. A este respeito, vale reafirmar, que "é nos embates de sua trajetória cotidiana, na formação de hábitos e no delineamento de *uma forma reconhecível* que ela vai buscar e garantir a legitimidade externa e interna e um perfil próprio pelo qual a identificarão como FEFIEG", FEFIERJ e, finalmente, Unirio (OLIVEIRA, 2002, p.78, grifos do autor).

Após o término do período da história brasileira sob os militares, teve início uma seqüência de governos civis, marcados pela renovação da modernização conservadora da sociedade brasileira, que têm feito com que as transformações sociais sejam conduzidas, sobretudo, pelo viés que privilegia a opção pelos setores dominantes da classe dominante, e que se baseia em concessões, acordos, conciliações mútuas entre os antigos e novos setores dominantes. Por conseguinte, temos assistido, reiteradamente, a afirmação do patrimonialismo relativo ao Estado brasileiro, à proporção que ocorre "a apropriação privada dos recursos do Estado, seja pelos políticos ou funcionários públicos, seja por setores privados."(SORJ, 2001, p. 13). O autor explica que o patrimonialismo moderno no Brasil tem diferentes manifestações e ainda que este fenômeno acha-se presente em qualquer sociedade contemporânea, "já que a tensão

[5] O primeiro reitor da Universidade do Rio de Janeiro foi professor Guilherme Figueiredo, irmão do então presidente da República, general João Batista Figueiredo, o qual esteve à frente da Nação no período compreendido de 1979 a 1984.

e os limites entre o poder econômico e o poder político e burocrático podem ser mais ou menos controlados, mas não suprimidos" (SORJ, 2001, p. 15).

Segundo Valdemar Sguissardi,

> O que se denomina de modernização conservadora, que se iniciou com o governo de Collor de Mello (1990-1991) e seguiu-se no de Itamar Franco (1992-1994), recrudesceu no de FHC (1995-2002). Nesse período, em especial no Governo FHC, efetivou-se uma série de ajustes estruturais e fiscais ou de reformas orientadas para o mercado. No *octênio* FHC, ocorreram as principais conducentes à reconfiguração das esferas pública e privada, no âmbito do Estado, assim como da educação superior (SGUISSARD, 2006, p. 1026).

As mudanças[6] que acompanharam esta recente modernização conservadora ocorreram no horizonte da agenda do Consenso de

[6] Neste sentido, todas as reformas do Estado que pipocaram, ao longo da década de 1990, nos países da América Latina pautaram-se pelos mesmos princípios, que conduziram às mudanças nas estruturas normativas das instituições ou à sua eliminação, e na natureza da concepção de Estado (crise do Estado do Bem-Estar Social e advento da concepção do "Estado mínimo" e, por conseguinte, dos governos mínimos), que teve como corolário a redução drástica do financiamento do setor social (diminuição do orçamento dos setores sociais, cortes dos programas dirigidos para a população que realmente necessita, a abertura para o "financiamento filantrópico" privado de obras, atividades e setores voltados para a população de baixa renda). Para Nogueira: "[...] ao longo dos anos 1990, a visão instrumental e fisicalista da gestão correspondeu a uma visão ético-política que definiu o Estado como devendo ser 'mínimo', submeter-se a 'contrapesos' que estariam 'fora' dele (mercado, sociedade civil, indivíduos), atuar muito mais em nome do que não deveria fazer do que de funções e atribuições explícitas. Na construção discursiva da reforma, a face tecnificada da gestão trouxe consigo uma ética desprovida de grandeza." (2004, p. 51) E ainda: "O reformismo da década de 1990, na verdade, caracterizou-se muito mais por empreender um movimento de ajuste do que por reconstruir o país. [...] Na verdade, operou como uma espécie de 'contra-reforma do Estado' (Behring, 2003), com a qual o Estado se entrega ao ajuste fiscal e é reconfigurado para interferir de outro modo nas múltiplas expressões da questão social, no terreno dos direitos e das políticas públicas, na própria gestão do desenvolvimento." (Idem, p. 51-52). Trilhando a argumentação do autor, a reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, fracassou tanto no nível social quanto no ideológico ao não conseguir firmar um novo projeto nacional, basicamente porque: "o movimento reformador não se preocupou em articular sua dinâmica racional-legal com uma dinâmica emancipatória, aberta para a democracia política, a promoção social e a cidadania. Disse deriva a razão maior de seu fracasso" (Idem, p. 52) Uma conseqüência notória da reforma foi a dimensão discursiva e a prática da substituição do Estado pelo mercado, que conduziu a um novo esquema de divisão social do trabalho e à desregulamentação da atividade econômica. Com isso, testemunhamos, a ânsia reformadora efetuar o desmonte neoliberal do Estado, ideologicamente construir, de certo modo, e realçar "a imagem negativa do fenômeno estatal" (idem, p. 53) e, ainda, reformar o Estado não para melhorá-lo e sim para comprimi-lo. O grande embuste manifesta-se no fato de a opção por um Estado mínimo não ter contribuído em nada para a melhoria da distribuição de renda e para uma maior coesão social; ao contrário, ele apenas serviu, tomando como referência o quadro latino-americano, para implementar a ideologia do "mais mercado e menos Estado", que não fomentou "mecanismos eficiente de auto-regulação" (Idem, p. 54) e nem uma dinâmica 'saudável' de concorrência. "Com isso, as sociedades da região tornaram-se mais tensas, violentas, inseguras e fragmentadas. Paradoxalmente, quanto mais o mercado se desvencilhou do Estado, mais se mostrou despreparado para funcionar sem um Estado." (idem, p. 54)

Washington, que forneceu as diretrizes das reformas ocorridas nos países do capitalismo central e do capitalismo periférico.

Seguindo o ordenamento da divisão internacional contemporânea do trabalho e da riqueza/pobreza, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de n° 9.394/96, foi promulgada com vistas a oferecer a regulamentação e a ordenação legal para o ensino, nos seus diferentes níveis e modalidades, compatíveis com o novo contexto político-econômico-social, que vinha se afirmando desde os fins da década de 1980 e que a Lei n° 5.540/68 não mais conseguia atender.

Em decorrência deste novo ordenamento jurídico foi editado o Decreto n° 3.380/2001 que, ao dispor sobre a organização do ensino superior no País, estabeleceu uma hierarquização em acordo com os seguintes níveis: universidade; centros universitários[7]; faculdades integradas; faculdades; e institutos ou escolas superiores (art. 7°)[8]. Nesta perspectiva, observamos que, quando da comemoração dos trinta anos da Unirio (1999), um dos temas que mobilizou os setores da comunidade universitária – especialmente, e de modo mais caro, o segmento docente – foi o fantasma de uma possível transformação do *status* de universidade para centro universitário, devido ao fato de pertencermos à uma IFE pequena e com uma tradição em pesquisa e pós-graduação que vinha se fortalecendo paulatinamente.

Considerando o quadro promovido pela LDB/96, e por outras legislações coetâneas e/ou decorrentes, de acordo com Sguissardi (2006), ocorreu:

> [...] a expansão restrita do setor público e a desenfreada expansão do setor privado no nível de graduação. Isso se efetivou de várias formas, por medidas tais como as de restrição do financiamento e da autonomia do setor público federal, e de liberação, com mínimos controles, da criação de instituições de ensino superior (IES) privadas; principalmente isoladas ou no máximo constituídas como centros universitários

[7] 'Universidades' que não desenvolvem pesquisas.

[8] Vale evidenciar aqui que o Decreto n° 3.380/2001 foi revogado pelo Decreto n° 5.573/2006, o qual estabeleceu que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como faculdades, centros universitários ou universidades (art. 12).

> (estes com autonomia para criarem cursos, mas sem a obrigação da produção de conhecimentos por meio de pesquisa) (p. 1024).

Em decorrência da normatização e da regulação instituídas pelas políticas públicas relativas às IFE's, sobretudo de 1995-2002[9], assiste-se a sucessivos cortes no orçamento das universidades, à diminuição significativa do quadro de docentes e de técnicos-administrativos, planos e estratégias de avaliação do ensino superior, além da queda dos investimentos em infra-estrutura e do congelamento dos salários.

No entanto, apesar das dificuldades estruturais oriundas da diminuição do comprometimento de uma série de governos com a educação superior, em particular, e com a educação em geral, pode-se afirmar que, ao longo de seus quase 38 anos de existência (1969-2007), a Unirio não deixou de buscar conjugar, com excelência, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência estudantil.

Unirio em números: o esforço revelado

No que diz respeito à segunda contradição – pequena e forte –, este estudo revela que, em meio ao contexto quantitativo das universidades federais brasileiras, em termos de números de alunos, professores, cursos e espaço físico, a Unirio constitui-se numa universidade de pequeno porte, que vem conquistando grandes resultados. A este respeito, vale ressaltar *a priori* que entendemos que tais conquistas, muito antes de se constituírem resultados de políticas concebidas e operacionalizadas no âmbito do governo central, decorrem, prioritariamente, do compromisso e do empenho pessoal daqueles que nela atuam.

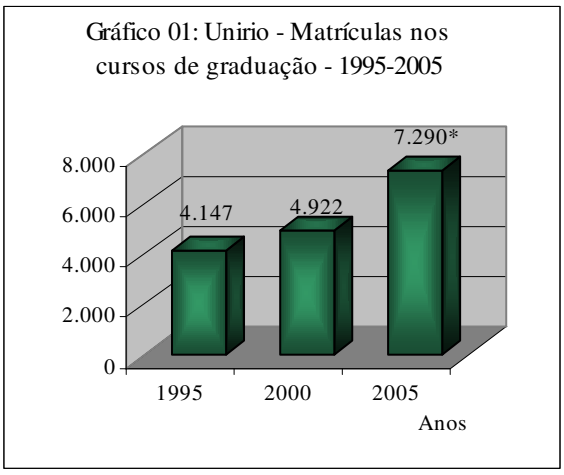
Ao analisarmos os números da Unirio, no período 1995-2005, constatamos que ocorreu: (1) o aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação, com conseqüente e significativa elevação das matrículas e; (2) o crescimento do quantitativo de professores doutores,

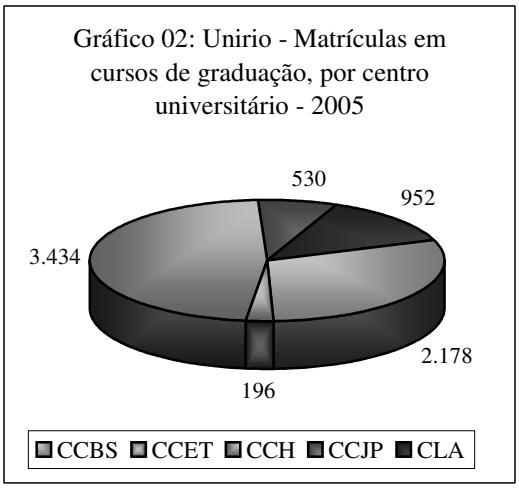
[9] Para Sguissardi (2006, p.1039), no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, "na área universitária, os instrumentos legais e as medidas administrativas, incluídas as financeiras, mostram que até o momento não houve rupturas com o processo anterior, a não ser, em certa medida, na adoção de novo sistema nacional de avaliação, com a recuperação dos montantes de recursos de custeio aos níveis de 1995 e com pequena expansão das IFE's".

com conseqüente expansão da pesquisa e da extensão. No entanto, em meio a estes resultados favoráveis – e de forma contraditória –, observamos uma diminuição do número total de professores e de técnicos-administrativos pertencentes ao quadro desta instituição.

A seguir, o esforço revelado por meio dos números.

De 1995 para 2005, a Unirio aumentou de 12 para 16 o número de cursos de graduação, os quais, em acordo com os gráficos 1 e 2, em 2005, foram responsáveis por um total de 7.290 matrículas, divididas entre os seus centros universitários[10].





Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

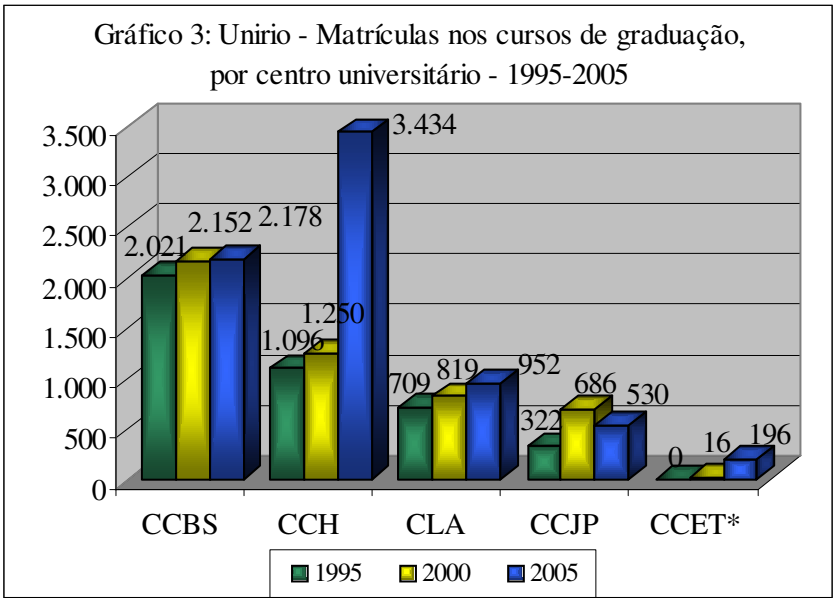
Os dados revelam que o crescimento total das matrículas na UNIRIO, no decênio observado, foi da ordem de 75,8%, sendo que parte deste avanço se deveu à implantação, em 2003, do Curso de Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (PAIEF)[11], na modalidade semi-presencial, o qual, em 2005, atingiu um total de 1.703 matrículas. Vale

[10] Atualmente, a Unirio conta com um total de 05 (cinco) centros universitários: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) e o Centro de Letras e Artes (CLA), os quais são responsáveis, respectivamente, pelos seguintes cursos: Ciências Biológicas, Enfermagem, Medicina, Nutrição, Sistemas de Informação, Licenciatura em Matemática semi-presencial, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Pedagogia presencial, Pedagogia semi-presencial, História, Turismo Direito, Artes Cênicas, Música e Educação Artística.

[11] A Unirio é uma das universidades públicas do Rio de Janeiro que participa do Consórcio de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ. Integrante também da Universidade Aberta do Brasil, atua com as licenciaturas em Pedagogia (PAIEF), Matemática e História.

ressaltar que, mesmo que deduzíssemos do total de 2005, o número de alunos na modalidade semi-presencial, o crescimento percentual das matrículas da Unirio ainda continuaria elevado (34,7%). No entanto, entende-se aqui que essa dedução não deve ser realizada, uma vez que essa modalidade de curso demanda uma estrutura que, para além de envolver a conquista de significativo espaço físico para a acomodação de seus equipamentos, arquivos, administração e pessoal, também necessita de locais apropriados para os encontros presenciais nos pólos e na sede, bem como da contratação de professores/coordenadores e tutores capacitados para atuar nesta modalidade de educação. Nesta perspectiva, ressalta-se que o fato de, desde a criação do PAIEF, o governo federal ter destinado à Unirio apenas uma única vaga para a educação à distância, vem contribuindo para que seus docentes acumulem significativa sobrecarga de trabalho na graduação e pós-graduação presencial e semi-presencial, na pesquisa, na extensão e em atividades administrativas.

Por sua vez, o gráfico 3 revela que o Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH) apresentou o maior crescimento de matrículas na década considerada, 213,3%, seguido pelos centros de Ciências Jurídicas e Políticas (64,6%), Letras e Artes (34,3%) e Ciências Biológicas e da Saúde (7,8%).



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

* O Curso de Sistemas de Informação / CCET foi criado em 2000.

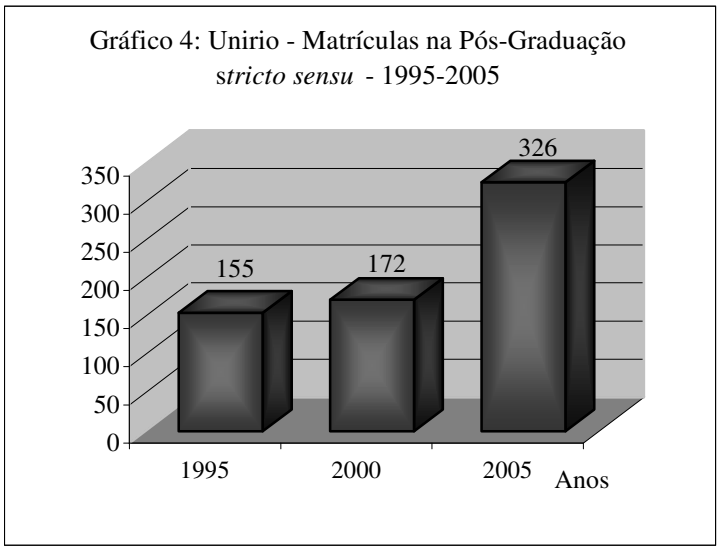
O aumento das matrículas dos cursos de graduação do CCH justifica-se tanto pela criação do curso de Pedagogia semi-presencial, quanto pela expansão do curso de Biblioteconomia, que, em 1997, passou a operar também no turno da manhã, e pela criação dos cursos de História (2000) e de Turismo (2003). No período observado, a Unirio, a exemplo da maioria da universidades públicas brasileiras - cujos recursos aplicáveis, em termos reais, praticamente se mantiveram inalterados - teve o seu avanço direcionado especialmente para as ciências humanas, cuja implantação e ampliação de cursos, a princípio, não apresenta uma relação diretamente dependente da instalação e aparelhamento de sofisticados laboratórios, da permanente atualização tecnológica e/ou da contratação de técnicos altamente especializados, dentre outros aspectos.

Vale evidenciar, no entanto, que a continuidade do desenvolvimento do CCH (e dos demais centros da Unirio), atualmente, vem se confrontando com um significativo obstáculo, qual seja, a limitação do seu espaço físico que, na década em estudo não conseguiu acompanhar as exigências que se fazem associar à ampliação do número de cursos e alunos de graduação e pós-graduação, de laboratórios e núcleos de pesquisas.

No que tange à pós-graduação *stricto sensu*, de 1995 para 2005, a oferta destes cursos na Unirio apresentou um avanço da ordem de 80%[12].

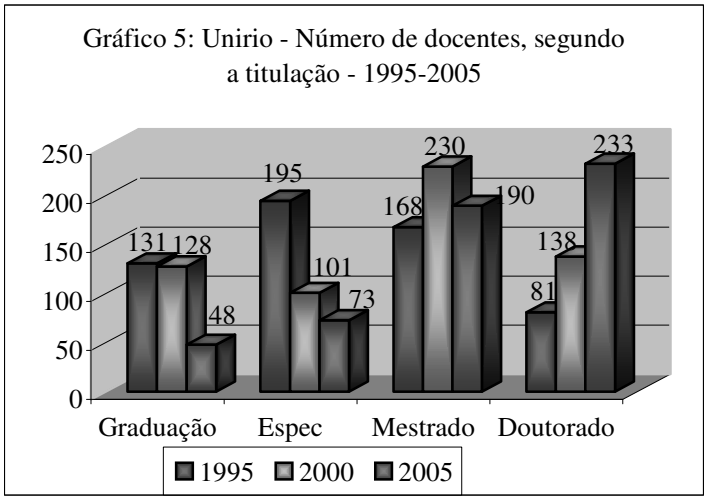
O aumento do número de cursos *stricto sensu* fez-se associar a uma ampliação de suas matrículas da ordem de 110,3%, conforme se pode deduzir pelos dados do gráfico 4.

[12] Em 1995, a Unirio só contava com cursos de Mestrado (cinco), sendo que, em 2005, passou a apresentar seis cursos de Mestrado e três de doutorado.



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

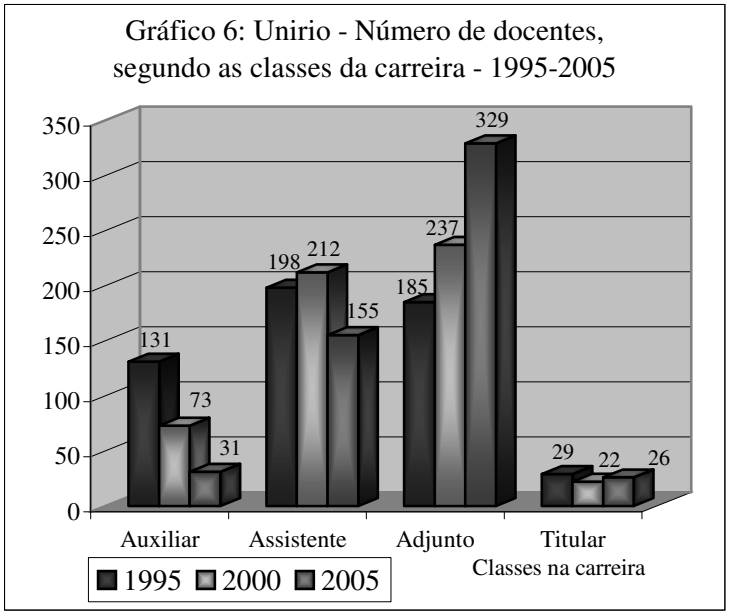
O crescimento do número dos cursos e matrículas em nível de pós-graduação decorreu especialmente do avanço da titulação dos professores da Unirio que, no período em estudo, aumentou em 187,7% o seu percentual de doutores, em detrimento das demais titulações.



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC.

Não se pode deixar de considerar que a configuração da carreira dos professores federais – que apresenta uma correlação direta entre titulação (graduação, especialização, mestrado e doutorado), classes (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular) e salário – vem se constituindo fator propulsor da titulação destes docentes. Neste sentido, pode-se afirmar

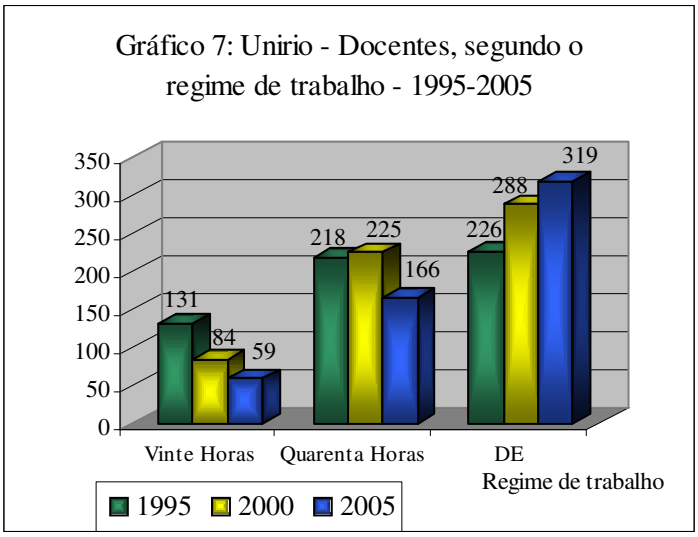
que os resultados inerentes ao avanço das classes da carreira dos professores da Unirio, evidenciados no gráfico 6, constituem-se decorrência direta do avanço da titulação, em detrimento, por exemplo, do fator tempo de serviço, dentre outros.



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC.

Nota: Os dados dos professores substitutos não integram este gráfico.

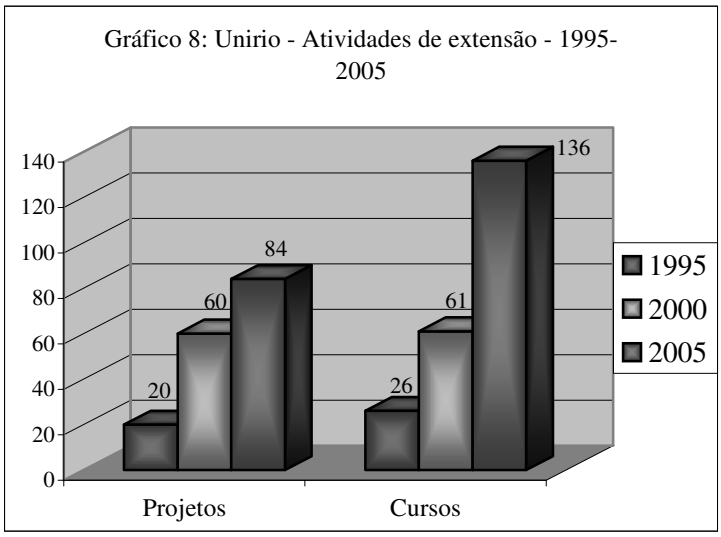
Outra informação relevante referente aos professores da Unirio relaciona-se à reconfiguração do regime de trabalho no âmbito desta instituição, no decênio observado.



Fonte: SIAPE.

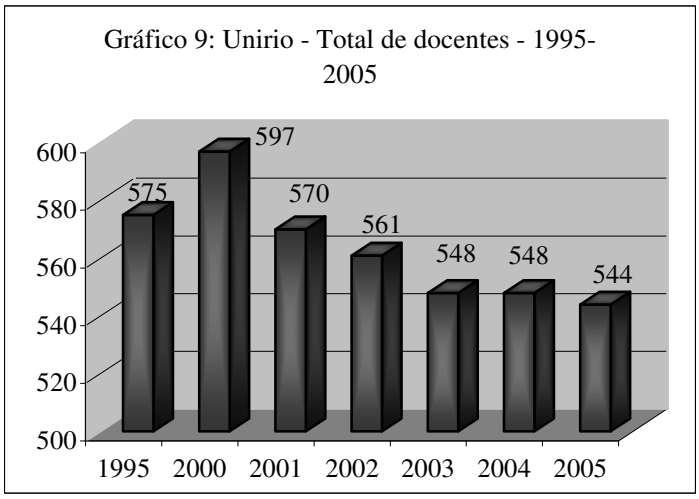
Se, em 1995, os professores com dedicação exclusiva (DE) correspondiam a apenas 41,6% do total de professores, em 2005, este percentual passou a corresponder a 59,0%, revelando, no período considerado, um acréscimo no percentual de DE's da ordem de 41,2%.

O crescimento do quantitativo de professores doutores e de professores no regime de dedicação exclusiva contribuiu para que o número de projetos de pesquisas em andamento na Unirio aumentasse de 167 para 193 (25,6%), no período de 2003 para 2004. Conforme se pode constatar no gráfico 8, a melhoria da qualificação docente impulsionou também as atividades de extensão que, no período 1995-2005, apresentaram um aumento da ordem de 320% e de 423,1%, respectivamente, no número de projetos e de cursos de extensão.



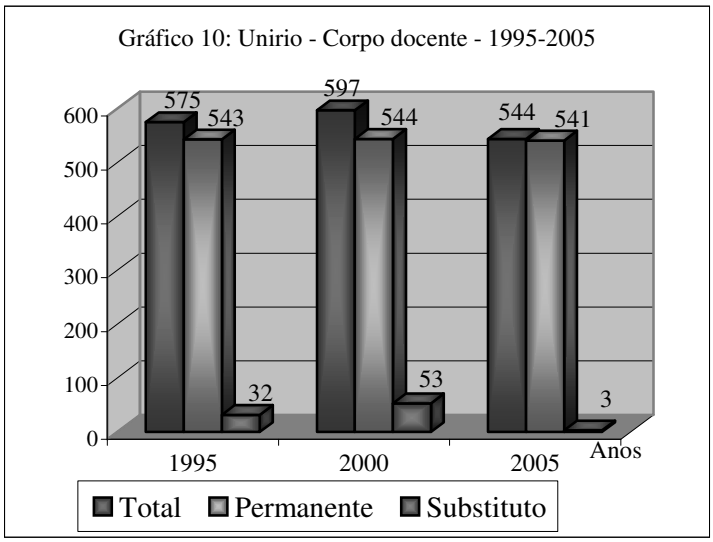
Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Planejamento/Unirio.

Paradoxalmente ao avanço na graduação, na pós-graduação, na pesquisa e na extensão, conforme o gráfico 9, ocorreu uma diminuição do quadro de professores da Unirio, no período observado, da ordem de 5,4%.



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

Analisando o gráfico 10, observamos que a queda no número de professores da Unirio decorreu diretamente da diminuição do número de professores substitutos que, no período 1995-2005, sofreu uma queda da ordem de 90,6%. Já o número de professores do quadro permanente praticamente não sofreu alterações.

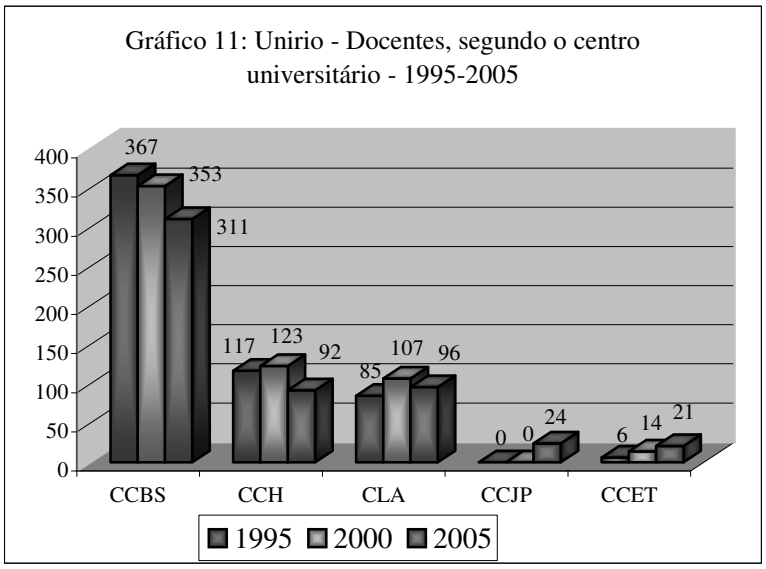


Fonte: DRH/Unirio

Conforme a Portaria n° 4.213, de 20/12/2004, o governo federal estipulou o quantitativo de 622 vagas físicas de docentes para nossa universidade. Em decorrência de aposentadorias, óbitos, demissões e do ordenamento jurídico que envolve a contratação de professores, ao final de 2005, a Unirio contava com 544 docentes, evidenciando, pois, um montante de 78 vagas ociosas. A atual administração da Unirio, empossada em 2004, desde que tomou ciência do *déficit* ocupacional destas vagas, vem buscando regularizar esta situação[13]. A saída institucional para minorar esse problema está na reiterada solicitação de concursos para professores substitutos, que, tendo em vista a Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, com suas alterações posteriores, só podem atuar mediante contrato de um ano, prorrogável por igual período.

A retração do número total de docentes da Unirio, em acordo com o gráfico 11, concentrou-se localmente no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e, especialmente, no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH).

[13] Em acordo com informações do SIAPE, ao final de 2006, a Unirio contava com um total de 611 professores – 575 permanentes (13 destes afastados) e 36 substitutos.



Fonte: Censo da Educação Superior/MEC

A observação do gráfico anterior possibilita as seguintes afirmações:

(1) em 2005, 57,2% do corpo docente da Unirio estava lotado no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, seguido pelo Centro de Letras e Artes (17,6%) e pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais (16,9%);

(2) o CLA, no período 1995-2005, apresentou um crescimento da ordem de 12,9%;

(3) o CCBS e o CCHS, na década em questão, tiveram os seus quadros docentes diminuídos, respectivamente, em 15,3% e 21,4%.

Os dados do gráfico 12, associados aos apresentados no gráfico 03 (matrículas na graduação, por centro universitário) permitiram construir o quadro 01, cujos dados demonstram que os professores do CCH e do recém-criado Centro de Ciências Jurídicas e Políticas/CCJP atendem à maior densidade de alunos na Unirio.

Quadro 01: Unirio - Número de alunos da graduação por professor, segundo o centro universitário – 1995-2005.

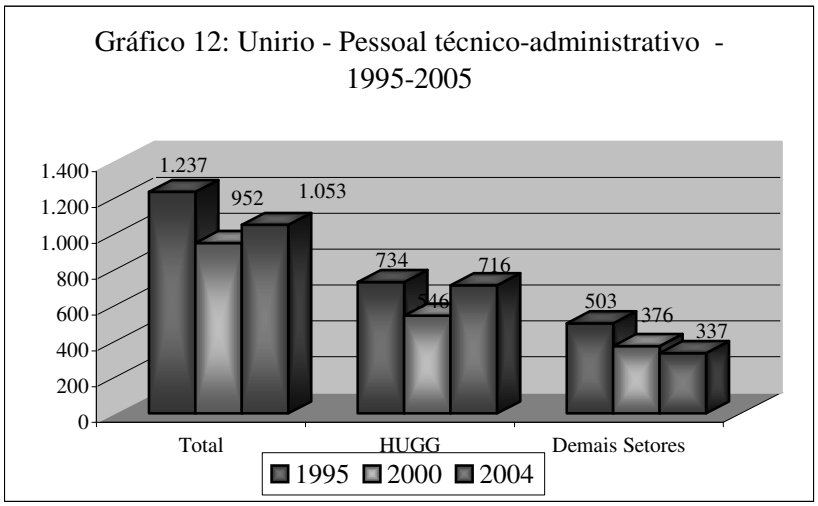
Centro Universitário	CCH	CCBS	CLA	CCJP	CCET
N° alunos/professor (1995)	9,4	5,5	8,3	-	-
N° alunos/professor (2005)	37,3*	7,0	9,9	22,1**	9,3

*Se considerarmos apenas os cursos presenciais, a densidade passa para 18,8 alunos por professor.

**Este número caiu para 18,9, em 2006, tendo em vista que o centro recebeu 04 vagas (quatro) da SESU/MEC.

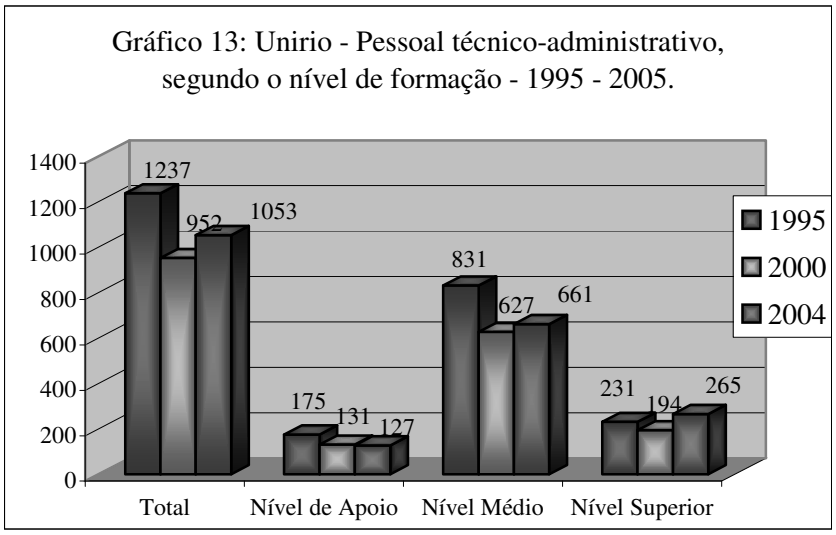
A situação é desafiadora, principalmente, em termos de Centro de Ciências Humanas e Sociais/CCH, em que a maioria dos professores, conforme evidenciado anteriormente, atende tanto à graduação presencial, quanto à semi-presencial, aos programas de pós-graduação, além de apresentar carga horária destinada à pesquisa e/ou à extensão e de um número significativo exercer cargos de administração/chefia. Mais especificamente, os dados revelam que, ao longo da década de 1995-2005, ocorreu um aumento substancial da responsabilidade dos professores da Unirio. Podemos ainda afirmar que a sobrecarga do trabalho docente foi reforçada pela implantação da gratificação de "estímulo" à docência no ensino superior (GED), instituída pela Lei nº 9.678, de 3/07/98 e que se constituiu numa política de avaliação do trabalho do professor implementada pelo governo federal, que premiava com gratificação financeira àqueles professores com maiores cargas horárias no ensino, na pesquisa e na extensão, além de significativa produção acadêmico-científica.

Um outro fator que resulta em sobrecarga adicional de trabalho para os docentes da Unirio, diz respeito à diminuição do quadro técnico-administrativo, situação comprovada no gráfico 12.



Fonte: DRH/Unirio

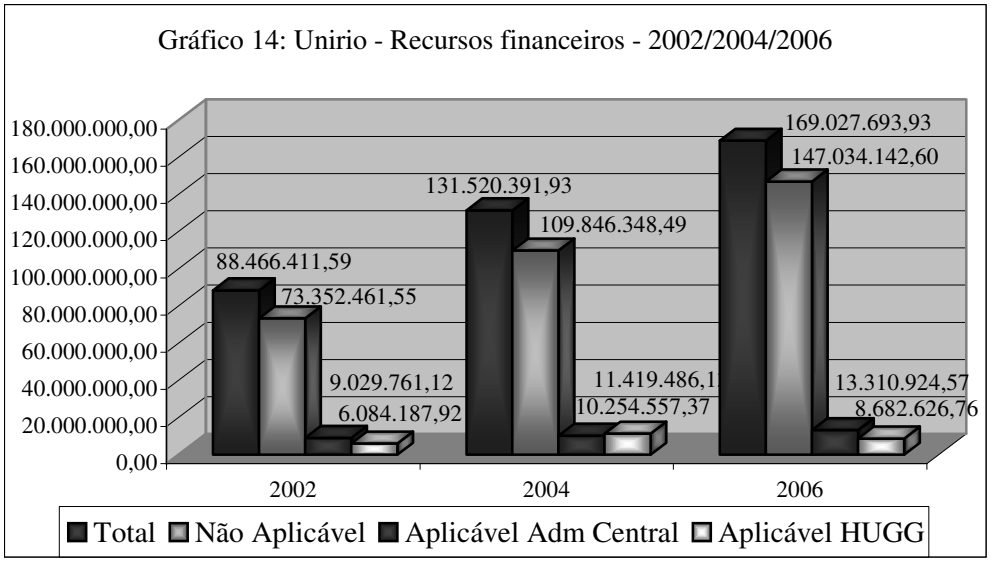
Os resultados do gráfico possibilitam afirmar que ocorreu uma diminuição da ordem de 14,9% no quadro técnico-administrativo da Unirio, no período 1995-2004. No entanto, este decréscimo praticamente não afetou o quadro do Hospital Universitário Gaffrée Guinle, direcionando-se localmente para os setores que não se localizam naquele hospital. O gráfico 13 mostra que apenas 25,2% dos técnicos administrativos da Unirio detêm nível superior, o que revela a carência de profissionais aptos a exercerem funções que demandam maiores níveis de formação.



Fonte: Siape

O cenário que envolve o quadro técnico administrativo – com diminuição gradativa do número de funcionários e baixo percentual com formação superior - colabora para a sobrecarga de trabalho dos docentes que acabam por acumular tarefas que deveriam ser realizadas pelos servidores técnico-administativos.

No que tange aos recursos financeiros, o gráfico 14 mostra que o aumento dos recursos na Unirio, no período 2002/2006, ocorreu de forma localizada na modalidade "não aplicável"[14]. Já a modalidade "aplicável", de 2004 para 2006, praticamente não sofreu alterações no seu montante[15].



Fonte: Unirio/AUDIN - Relatório de Auditoria n° 01/2007.

Os dados demonstram que o hospital universitário vem consumindo parte significativa dos recursos aplicáveis da Unirio. Em 2004, o montante de recursos aplicáveis destinados ao Hospital Gaffrée Guinle superou o total de recursos destinado a toda a administração central, passando a consumir, em 2006, aproximadamente 40% dos recursos da Unirio.

O demonstrativo da execução das despesas da Unirio revela que as despesas com os hospitais universitários e com aposentadorias consomem

[14] Executadas exclusivamente pelo governo federal e incluem as despesas que não necessitam de abertura de processo licitatório, a citar, diárias, obrigações patronais, vencimentos e vantagens, aposentadorias, precatórios, entre outras.

[15] Os dados não foram deflacionados, cálculo que, caso realizado, provavelmente evidenciaria a redução do montante real de recursos aplicáveis destinados à Unirio, no período considerado.

grande parte dos seus recursos. Em acordo com o orçamento 2007[16], os aposentados corresponderão a aproximadamente 30,5% das despesas da Unirio.

Considerações adicionais

Na década analisada (1995-2005), o quantitativo revelado pelos dados e por sua análise indica o crescimento da Unirio - tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação, pesquisa e extensão - com paradoxal redução dos seus recursos aplicáveis e de seus quadros funcionais (docente e técnico-administrativo), além de sensível lacuna no avanço da sua infra-estrutura. Este cenário que vem contribuindo, especialmente, para a sobrecarga do trabalho docente nesta instituição de ensino superior.

No segmento docente, provavelmente, a porção mais sobrecarregada é a do professor doutor, pesquisador e que atua também nos Programas de Pós-Graduação. É possível apontar, entre outros, alguns motivos para essa sobrecarga: (1) nas avaliações da universidade, a atuação imprescindível dessa categoria profissional – na graduação, na pós-graduação, pesquisa e extensão – tem peso considerável; (2) a ampliação da pós-graduação e da pesquisa se deve, fundamentalmente, ao engajamento e produção desses professores; e (3) os projetos passíveis de receberem financiamento público e os "editais" são direcionados para esta categoria de profissional, a qual, muitas vezes, se vê na contingência de responder a tais chamadas, uma vez que, caso aprovados, permitem, algumas vezes, a aquisição de recursos imprescindíveis não só para o desenvolvimento da pesquisa, mas, também, para a manutenção de outras atividades ligadas à graduação e à pós-graduação.

Ressalta-se, por fim que, ao final de 2007, a Unirio aderiu ao Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Com a aprovação do projeto encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) - o qual resultou da consolidação de documentos encaminhados pelas diferentes unidades da universidade -, a Unirio passou a contar com um

[16] Processo n° 23102.000.819/2007-09/ Proplan/Unirio.

montante adicional de recursos da ordem de R$ 127 milhões, distribuídos entre custeio e investimentos, a serem repassados no período de cinco anos (2008-2012), desde que atenda as exigências dispostas naquele Decreto e cujo detalhamento das estratégias de alcance estão dispostas no projeto encaminhado ao MEC.

Vale evidenciar que o projeto prevê a contratação, até 2012, de 404 professores equivalente e 250 técnicos. Embora o Reuni não seja objeto de análise deste texto e, independente dos caminhos que ele possa seguir no qüinqüênio considerado, pode-se afirmar que se constituiu num marco em que as esperanças da comunidade universitária se renovaram...

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n° 56, de 20-12-2007. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/. Acesso em: 02 jan. 2008

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996, nº 1.248, p. 27833-27841.

BRASIL. **Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <**http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79**> Acesso em: 10 abr. 2007

_____. **Informativo.** Brasília, ano 5, n. 155, 13 abr. 2007 Disponível em: <http://www.inep.gov.br/informativo/2007/ed_155.htm>. Acesso em 14 abr. 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004

OLIVEIRA, Carmen Irene C. **Universidade do Rio de Janeiro** – discurso, memória e identidade: gênese e afirmação. Rio de Janeiro, 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 abr. 2007

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J.R. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, maio/ago. 2005.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional/ PDI**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.